

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA ZONA URBANA E NA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE IRACEMA- CE.

Fernanda Lucianne da Silva¹
Edna Lucia da Rocha Linhares²

RESUMO:

Este trabalho teve como foco apresentar e refletir os resultados de um estudo de caso realizado em uma escola da zona urbana e na zona rural no município de Iracema-CE. O objetivo geral é investigar quais recursos (pedagógicos e humanos) são oferecidos no Serviço do Atendimento Educacional (SAEE) no município. Nesse sentido, fizemos uma revisão de literatura sobre o assunto, analisando a legislação brasileira que contempla a Educação Especial, como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996, a Política Nacional na Perspectiva Inclusiva de 2008, e a Resolução N° 4, de 2 de outubro de 2009 que Institui Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Bem como contribuições de autores que discutem sobre a temática. Bedaque (2015), Gomes et al. (2016) e Secundino e Santos (2023). A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa e os dados foram coletados por meio de formulários. Os resultados reforçam a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a efetivação de uma educação inclusiva, porém para que isso aconteça é necessário que a realidade esteja em consonância com o que rege nos preceitos legais do nosso país.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Sala de Recursos Multifuncionais.

ABSTRACT

This work focused on presenting and reflecting the results of a case study carried out in a school in an urban area and in a rural area in the municipality of Iracema-CE. The general objective is to investigate which resources (pedagogical and human) are offered in the Educational Assistance service (SAEE) in the municipality. In this sense, we carried out a review of the literature on the subject, analyzing Brazilian legislation that covers Special Education, such as: The National Education Guidelines and Bases Law (LDB) 1996, The National Policy in the Inclusive Perspective of 2008, the resolution to Resolution No. 4, of October 2, 2009, which Establishes Operational Guidelines for AEE in Basic Education, Special Education modality. As well as contributions from authors who discuss the topic. Bedaque (2015), Gomes et al. (2016) and Secundino and Santos (2023). The methodology used was qualitative research and data was collected using forms. The results reinforce the importance of Specialized Educational Assistance (AEE) for the implementation of inclusive education, but for this to happen it is necessary that the reality is in line with what governs the legal precepts of our country.

¹ Pós-graduanda da Especialização de Atendimento Educacional Especializado da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, fernanda2018lucianne@gmail.com

² Professora Doutora em Agricultura Tropical, Departamento de Ciência e Tecnologia – Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, ednarocha@ufersa.edu.br

Keywords: Inclusive Education; Specialized Educational Service; Multifunctional Resource Room

INTRODUÇÃO

Sabemos que no decorrer do tempo histórico a educação das pessoas com deficiência percorreu um longo caminho para erradicar a exclusão, o abandono e o preconceito. Com movimentos sociais de lutas e reivindicação dos direitos da cidadania e com a implementação de políticas públicas de inclusão, contribuíram e fortaleceram de forma significativa para o cenário atual do nosso país, entre elas frisamos a nossa lei maior, a Constituição Federal do Brasil de 1998 que destaca a igualdade de todos sem distinção de sexo, cor e classe social. Ainda temos a Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB) 1996, que aborda no capítulo III no seu art.4, inciso III, “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1996). Ainda discorre no capítulo V, sobre a educação especial.

Nesta perspectiva, poderíamos questionar o que seria esse Atendimento? Esse serviço prestado pode promover de fato uma educação inclusiva? Respondendo os esses questionamentos, destacamos primeiramente que as escolas devem efetuar a matrícula dos alunos nas escolas comuns de ensino regular e ofertar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), para que assim possa promover o acesso, pois o AEE, é uma excelente ferramenta que pode vim a complementar e suplementar a aprendizagem dos alunos, possibilitando que crianças com diferentes níveis de deficiência/transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação tenha acesso a uma educação de qualidade. É por meio de um trabalho em conjunto, com a mediação do professor da sala comum e com o professor do AEE, que ao identificar as singularidades e dificuldades de aprendizagens de cada educando, fará adequação de recursos pedagógicos que atenda a especificidade de cada um.

Neste sentido, é imprescindível frisar que oferecer o Atendimento Educacional Especializado nas unidades escolares não se caracteriza como uma educação inclusiva, até por que não devemos considerar como o único instrumento para a inclusão dos alunos com diferentes níveis de deficiência/transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. É necessário que a instituição adapte aos princípios de inclusão, que todas as ações pedagógicas sejam pensadas num movimento contínuo de inclusão, pois como destaca Braga Junior e Bedaque(2015) que não só as ações especializadas precisam atender as singularidades dos alunos, mas também a escola como um todo, precisa de práticas pedagógicas

que respeitem suas formas de aprender e promovam acessibilidade ao conhecimento, por isso a importância, da ação do AEE não ser isolada do cotidiano escolar. Com isso, para a construção de uma escola mais inclusiva deve-se partir do pressuposto de que todos os profissionais que nela trabalham, devem estar comprometidos no acolhimento, sabendo respeitar e valorizar todos os estudantes, buscando repensar nas práticas de forma que garanta o direito de todos. Como destaca Bedaque (2015, p 31).

Construir uma Educação Inclusiva não é uma ação unilateral, que depende do esforço de apenas um grupo, a ação inclusiva que provoca mudanças substanciais é um processo construído por muitas pessoas e neste sentido, a colaboração é um conceito fundamental e sua prática pode fazer mudanças significativas no sistema educacional.

Com isso, reforçamos que não há como delimitar o trabalho de uma educação acolhedora e inclusiva apenas visando o trabalho do professor do AEE e do professor da sala do ensino regular, para a realização de um trabalho colaborativo, é indispensável que haja o envolvimento de todos, desde da família, como dos alunos, aos gestores, professores e funcionários em geral que constituem o contexto escolar.

Nesse contexto, esse trabalho teve como objetivo: um estudo de caso sobre os recursos (pedagógicos e humanos) que são oferecidos no Serviço do Atendimento Educacional Especializado (SAEE) no município de Iracema- CE.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para efetivação de uma educação especial inclusiva, foi necessário passar por diferentes transformações para configurar no cenário que temos hoje. Segundo Dias (2015) a imagem destorcida de pessoas que nasciam com alguma deficiência não era as das melhores, essas percepções não foram modificadas tão facilmente, houveram diversas fases perante a sociedade e práticas sociais. Ponderaremos um pouco sobre essas fases enfrentadas pelas pessoas com necessidade.

Iniciando pela exclusão social, nesse período essas pessoas não tinha o direito à vida, eram renegadas, como destaca Dias (2015) a sociedade naquela época se relacionava com as pessoas com deficiência de maneira negativa e depreciativa, excluindo a sua condição humana. Já a segunda fase seria a de segregação institucional, que veio com uma preocupação em acolher aquelas pessoas com deficiência em instituições de caridade, onde pudessem oferecer o básico, como alimentação, medicação e abrigo, além disso, foi nesse período que as crianças

frequentavam o atendimento educacional que acontecia como substituição ao ensino regular, esse atendimento era realizado por instituições especializadas, classes ou escolas especiais.

Na terceira fase veio a integração social, nela todos tinham que se esforçar para que as pessoas com deficiência fossem inseridas na sociedade, porém elas deveriam se adequar aos padrões impostos, com isso, não houve grandes mudanças no âmbito escolar, como salienta, Secundino e Santos (2023, p. 11) “O período de integração foi quando a criança com deficiência foi incorporada ao contexto escolar, mas a escola continuou igual, sem se adaptar às necessidades das mesmas, as crianças é que tinham que se adaptar a escola.” Assim, defendiam o direito aos alunos com necessidades especiais serem matriculados na escola de ensino regular, entretanto teriam que se esforçar para se adaptar e acompanhar o currículo imposto na unidade escolar, caso não conseguisse tal feito elas teriam que retornar para uma escola especializada.

Deste modo, o contexto modificou com o início do processo de inclusão que seria a quarta fase, que veio trazendo a responsabilidade posta a sociedade em se adequar de acordo com a realidade das pessoas com deficiência, essa fase só veio impulsionada a partir da década de 90, onde aconteceram dois eventos: A conferência mundial de educação para todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), que proporcionaram mudanças significativas ao que se refere o princípio de uma educação inclusiva, ganhando visibilidade no âmbito educacional, a Declaração de Salamanca, pontua questões pertinente aos alunos com necessidades especiais ao frisar que: “ aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”(Salamanca, 1996, p. 1). Então a partir da Declaração de Salamanca, os debates e reflexões reforçam a ideia de uma educação em que todas as crianças devem aprender juntas independente das suas diferenças ou dificuldades, direcionando a escola por sua vez a se ajustar de acordo com os diferentes ritmos de aprendizagens dos alunos. A partir disso, passa a ser garantido por leis e resoluções a educação dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que assegura a inclusão como princípio e a Educação Especial como modalidade de ensino que perpassa por toda a Educação básica, dando ênfase à inclusão educacional e ao atendimento educacional especializado a ser oferecido, preferencialmente, na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996, art. 58). Complementando o art. 58 da LDB, a Política Nacional a Educação Especial (2008), também reafirma que a educação especial é uma modalidade de ensino que transcorre a todos os níveis, etapas e modalidades, além disso, destaca que o atendimento educacional especializado, onde por sua vez deve disponibilizar os serviços e

recursos próprios desse atendimento, orientando os alunos e professores ao que se refere na utilização nas turmas comuns do ensino regular. Outro documento relevante que podemos ressaltar é a Lei nº 13.146 que retrata da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que estabelece em seu art. 27 que a educação é direito da pessoa com deficiência, e que deve ser assegurado pelos sistemas de ensino inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, afim de desenvolver as suas habilidades, mediante as características necessidades e interesses (Brasil, 2015).

Nessa perspectiva com o Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, trata de modo específico sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a educação inclusiva tem como foco principal proporcionar um ensino igualitário que seja capaz de atender as singularidades e necessidades de todos os alunos, por isso o Ministério da Educação-MEC, propôs um programa de implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, (SRM) para que o Atendimento Educacional Especializado possa ser realizado. Então é nesse sentido, que o AEE foi criado, pensando em dá um suporte aos alunos com necessidades especiais, com o propósito de elaborar recursos pedagógicos que possam extinguir ou amenizar as barreiras educacionais, de maneira essa que venha facilitar seu acesso ao currículo, garantindo dessa forma a participação plena dos alunos com níveis de deficiência/transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação com isso ele deve ser ofertado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola. Assim o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, trata especificamente da Educação Especial e frisa em art. 3, os objetivos do Atendimento Educacional Especializado:

- I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Deste modo, o AEE exerce um papel fundamental para a concretização de uma educação inclusiva, é importante frisar que ele não substitui a escolarização do ensino regular, o aluno deve ir no contraturno, com isso não haverá perda ou prejuízo no seu rendimento na sala comum. Esse atendimento é feito por um professor especializado em educação especial e deve ser realizado preferencialmente na própria escola em que esse aluno está matriculado ou pode ser na escola mais próxima. Acontece em uma sala de recursos multifuncionais, que são espaços

físicos localizados nas escolas públicas de educação básica, como destaca Camargo, Gomes e Silveira (2016, p. 25). São chamadas dessa forma, por serem dotadas de mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva, e outros tipos de equipamentos específicos para o atendimento. Para tanto, vale ressaltar que o trabalho a ser feito nessa sala, como a construção dos planos e a sua execução são de responsabilidade do professor de AEE em parcerias com os professores do ensino regular e com as famílias e demais profissionais da saúde e outros que assim necessitar.

Nesta perspectiva é imprescindível que o Projeto Político Pedagógico da escola contemple a oferta do Atendimento Educacional Especializado, isso está descrito na lei de modo obrigatório, como frisa no Decreto nº 6.571, que institui as Diretrizes da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado- AEE na educação básica.

A oferta do atendimento educacional especializado - AEE deve constar no Projeto Pedagógico da escola de ensino regular, prevendo na sua organização: a. Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos. Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola; c. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos; d. Professor para o exercício da docência do AEE; e. Profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção. f. Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum. g. Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE.

Assim, consideramos de suma relevância esses pontos elencados, pois o PPP ao mencionar e institucionalizar o AEE na unidade escolar, proporcionará meios para que esse atendimento aconteça, reforçando a ideia de ser coerente, com uma educação que contempla as diferenças, em que de modo geral possibilite condições de acesso e permanência de maneira igualitária e de qualidade para todos.

METODOLOGIA

O estudo de caso foi realizado no município de Iracema, localizada no estado Ceará, o estudo envolveu duas escolas: Escola Abdon Xavier de Carvalho, na zona urbana e a Escola Francisco Horácio de Almeida na zona rural. O estudo compreende de uma abordagem predominantemente qualitativa, onde essa por sua vez se fundamenta na necessidade de compreender a relação entre o objeto da pesquisa e os sujeitos participantes. O instrumento

utilizado foram aplicação de formulários estruturados (Apêndice) para coleta das informações; aplicados aos atores sociais envolvidos na comunidade estudantil das duas escolas pesquisadas. Os formulários foram aplicados ao secretário de educação municipal, aos gestores e professores das escolas, aos responsáveis dos estudantes que necessitam de Atendimento Educacional Especializado. É importante frisar que os participantes da pesquisa assinaram um termo de consentimento das informações onde garantia o seu anonimato. Deste modo os dados foram sistematizados e apresentados em quadros e gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os Quadros 1, 2 e 3 apresentam as respostas do formulário aplicado ao Secretário de Educação Municipal, mediante as informações obtidas, compreende-se o cenário atual da educação especial numa perspectiva inclusiva do município de Iracema- CE.

Quadro 1- Respostas do formulário aplicado ao Secretário de Educação do município de Iracema-CE.

Perguntas	Sim	Não
Se o secretário tem conhecimento da lei que dá suporte aos alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado?	Sim	
O município contrata professores ou auxiliares para ajudar em sala de aula os alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado?	Sim	
Se o secretário tem informações se o desempenho desses alunos é favorável na escola?	Sim	

Fonte: Elaboração própria (2024)

Quadro 2- Respostas do formulário aplicado ao Secretário de Educação do município de Iracema-CE.

Perguntas	Respostas
As escolas têm estratégias para conduzir a aprendizagem desses alunos com salas de jogos, sala de informática?	Sim. Quais? Os alunos são atendidos com materiais adequados para sua aprendizagem.
O município dispõe de materiais didáticos adequados para os alunos com necessidades especiais, de acordo com as necessidades deles?	Sim. Quais? Porém, ainda precisamos fortalecer cada vez mais as estratégias pedagógicas para garantirmos uma aprendizagem de qualidade para todos.

Fonte: Elaboração própria (2024)

Quadro 3- Respostas do formulário aplicado ao Secretário de Educação do município de Iracema-CE.

Quantos alunos tem matriculados e que necessitam de Atendimento Educacional Especializado?	(x) menos de 50	() 50 a 70	() 70 a 100	() Mais de 100
Quantas escolas no município tem salas de recursos multifuncionais?	() Dois	() Três	(x) Quatro	() Cinco a dez

Fonte: Elaboração própria (2024)

Analisando as respostas, percebemos que o Sr. Secretário, tem ciência que o Atendimento Educacional Especializado- AEE é disciplinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Consta no seu art. 58, §1º define-se que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Pontuamos como um ponto positivo, pois é um direito que deve ser garantido, no entanto não basta apenas tomar ciência da lei é necessário promover investimentos que venham garantir uma educação inclusiva com objetivo de atender com qualidade e equidade todos os estudantes. Alinhado a esse discurso, observamos que o município contrata professores ou auxiliares para ajudar em sala de aula os alunos que necessitam do AEE, isso reforça mais um direito garantido por lei, que consta na lei nº 13.146 que se refere a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Em seu art. 28 no inciso XVII cita que as instituições de ensino devem ter no em seu quadro de funcionários, profissionais de apoio escolar, que deverão exercer atividades que auxiliem os alunos com deficiência, desde da alimentação, higiene a locomoção, assim também para ajudar em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessário. Outro ponto relevante de destacar ao refletimos sobre as respostas do secretário, é que existem Salas de Recursos Multifuncional (SRM), no município de Iracema-CE, são quatro salas existentes nas escolas de ensino fundamental, essas salas devem atender as demandas da própria instituição onde a sala está implantada, como também de outras unidades escolares, e incluindo todas as creches e pré-escola do município. Já que não existe sala de recursos multifuncional na educação infantil, deste modo é pertinente repensar e propor a implementação nessa etapa, considerando assim, a grande demanda que essas quatro salas têm, além de que é assegurar o direito de todas as crianças a uma educação infantil mais inclusiva. Na Nota Técnica Conjunta nº 02, de 04 de agosto de 2015 (MEC/SECADI/DPEE-SEB/DICEI) aponta orientações clara da organização e oferta do AEE na educação infantil, esse documento orienta que para a consolidação de uma educação inclusiva, é imprescindível garantir o acesso ao Atendimento Educacional Especializado nas creches e pré-escola, com isso destaca que:

O AEE na educação infantil é fundamental para que as crianças, desde os seus primeiros anos de vida, usufruam da acessibilidade física e pedagógica aos brinquedos, aos mobiliários, às comunicações e informações, utilizando-se de Tecnologias Assistiva como uma área que agrega recursos e estratégias de acessibilidade (Brasil, 2015, p. 4).

Além disso o oferecimento desse atendimento nas salas de recursos multifuncional é imprescindível que haja recursos didáticos e pedagógicos para serem utilizados no atendimento com os estudantes, ao questionar ao Sr. Secretário se há materiais didáticos adequados aos alunos com necessidades especiais que atendam às suas singularidades, ele afirma que sim, entretanto esclarece que ainda precisa fortalecer cada vez mais as estratégias pedagógicas para garantir uma aprendizagem de qualidade para todos. Assim, acreditamos que possibilitar uma educação especial inclusiva, não é tarefa fácil, mas reconhecer e procurar meios para melhorar já é bom início para concretizar ações que promovam o acesso e a qualidade no ensino. No Quadro 4 estão apresentadas as respostas dos formulários aplicados aos gestores das escolas da zona urbana e zona rural.

Quadro 4- Respostas dos formulários aplicados aos gestores nas escolas zona urbana e rural no município de Iracema- CE.

Perguntas	Zona Urbana Sim/Não	Zona Rural Sim/Não
A (O) Sr.(a) como gestor(a) tem conhecimento da lei que dá suporte aos alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado?	Sim	Sim
Os alunos com necessidades especiais têm acolhimento diferenciado ao chegar na instituição?	Não	Não
Na instituição Escolar tem professores destinados ao AEE ou algum professor que possa auxiliar esses alunos com necessidades especiais? Em caso positivo, são profissionais capacitados?	Sim	Não
Na unidade escolar tem uma sala de Recursos Multifuncional? Existe algum espaço reservado com materiais concretos, jogos, brinquedos e computador que possa facilitar o aprendizado dos alunos?	Sim Se sim, quais?	Não
Na escola possui material didático adequado para alunos com necessidades especiais, de acordo com as necessidades deles?	Sim. Ábaco, caixa tátil, Alfabeto em libras, Facilitador de punho e polegar, calculadora sonora, caderno com pauta ampliada, leitor de tela, mouse de toque, dominó tátil, painel psicomotor memórias educativas, computador desktop, tesoura com mola, rolo bobath, regletee punção.	Sim. Jogos

Fonte: Elaboração própria (2024)

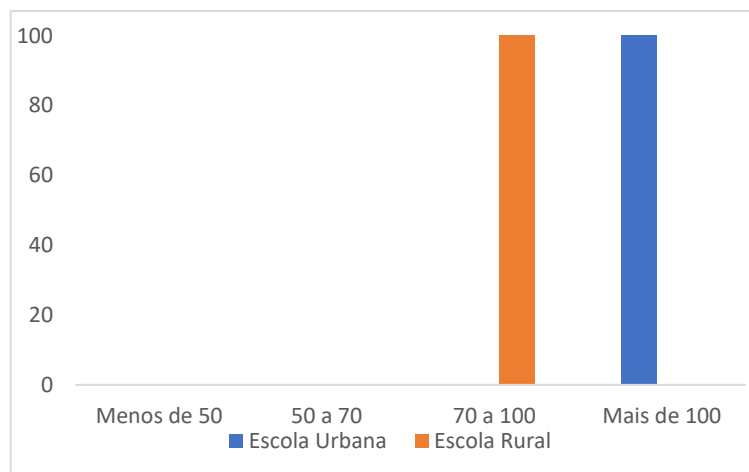
Inicialmente, notamos que ambos gestores afirmam que os alunos com necessidades especiais não tem um acolhimento diferenciado, em suma de fato esses alunos não devem ser tratados de maneira diferente, pois muitas das vezes esse tratamento pode provocar um sentimento de dó ou piedade entre os colegas e também por parte da própria equipe da escola. Com isso, é importante que haja um processo de acolhimento na instituição, mas o acolhimento na qual nos referimos é aquele que integra novas atitudes e novas práticas na instituição como salienta Santos e Silva (2018), de que a escola, no que se refere a sua organização administrativa: O currículo, as metodologias de ensino, os recursos e materiais, todos esses pontos são determinantes para que de fato aconteça o processo de acolhimento aos alunos com alguma deficiência/necessidades especiais.

Ao questionarmos sobre a existência de professores destinados ao AEE, percebemos que as respostas não foram iguais, além da diversidade de materiais didáticos que são oferecidos na escola zona urbana, isso se justifica porque a escola na zona rural não ter sala de recursos multifuncional, então consequentemente não há professor de AEE e um baixo percentual de materiais. É importante lembrarmos que nas escolas do campo também existem crianças com deficiência que necessitam de um atendimento especializado. O documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), traz um ponto crucial de modo bem específico para as pessoas com deficiência que pertencem a diversas comunidades ou grupo sociais:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (Brasil, 2008, p. 17).

Mediante a isso, podemos perceber que a legislação garante que as crianças com deficiências que residem nas áreas rurais não devem ter apenas o acesso a escola, mas também aos serviços de apoio a inclusão escolar. É necessário que esse direito seja garantido com equidade, e para que isso aconteça, as escolas das zonas rurais devem estar preparadas para acolher e atender o público alvo da educação especial. Sabemos que a demanda maior se encontra nas escolas da zona urbana, em virtude do quantitativo de alunos matriculados como mostra no Gráfico 1.

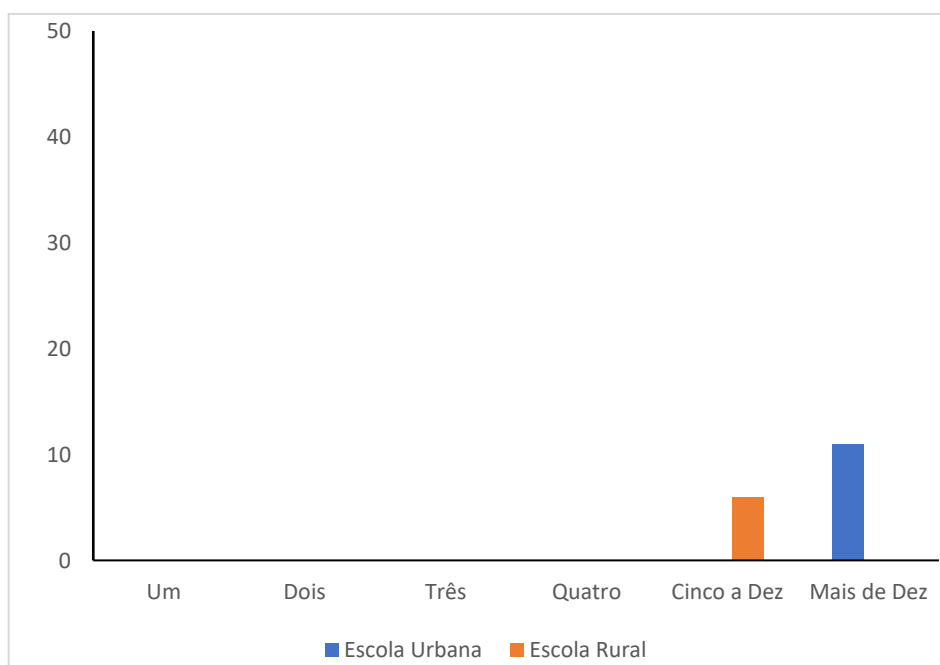
Gráfico 1 - Quantidade de alunos, matriculados na escola da zona urbana e na escola da zona rural do município de Iracema-CE.



Fonte: Elaboração própria (2024)

É perceptível que há uma maior taxa de crianças matriculadas na escola da zona urbana ao compararmos com a escola da zona rural, sabemos que sempre há um número reduzido de alunos nas escolas rurais, entretanto consideramos significativo esse percentual, acreditamos que o fato da agricultura familiar ser uma das maiores fontes de recursos do município, justifica esse quantitativo. Desses alunos matriculados de ambas escolas, há crianças que são do público alvo da educação especial que necessitam do Atendimento Educacional Especializado, como podemos observar no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Quantidade de alunos matriculados que necessitam de um Atendimento Educacional Especializado na escola da zona urbana e na escola da zona rural do município de Iracema-CE



Fonte: Elaboração própria (2024)

Com isso, ao observarmos no Gráfico 2, reforça a ideia de que é imprescindível que as escolas da zona rurais tenham o suporte necessário para atender os alunos com diferentes níveis de deficiência/transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Pois há demanda no campo, e é direito garantido por lei, na resolução nº02/2008 (Brasil, 2008) destaca a política pública do Atendimento da Educação no campo, afirma no seu art.4, inciso 5 que:

§ 5º Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular.

Deste modo, ao certificarmos a ausência da modalidade de Educação Especial na zona rural, encontramos falhas na proposta de efetivar uma educação inclusiva, é evidente que para haver mudanças, as políticas públicas devem ser tiradas de fato do papel, para que possamos assim oferecer oportunidades iguais de ensino e aprendizagem. No Quadro 5 estão as respostas dos formulários aplicados aos professores da escola da zona urbana e zona rural.

Quadro 5- Respostas dos formulários aplicados aos professores nas escolas da zona urbana e rural no município de Iracema- CE

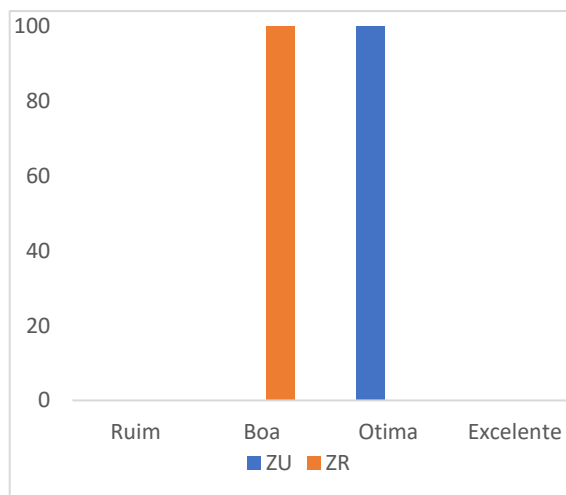
Perguntas	Professor Zona Urbana Sim /Não	Professor Zona Rural Sim/Não
A Sr. ^a como professora tem conhecimento da lei que dá suporte aos alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado?	Sim	Sim
Você, enquanto professora regular tem alguma ajuda em sala de aula para ampliar a aprendizagem das crianças com necessidades especiais?	Sim. Cuidadores e recursos pedagógicos.	Sim. Através das intervenções da coordenação.
Vocês têm a contribuição de um professor de Atendimento Especializado, há parcerias, e trocas de ideias que possam contribuir de forma positiva no desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais?	Sim. Troca de informações sobre o desenvolvimento da criança.	Não
Os alunos com necessidades especiais têm alguma dificuldade em alguma disciplina?	Sim. Matemática	Sim. Todas.
A secretária de Educação dispõe de cursos, oficinas que venham agregar novos conhecimentos e novas práticas que favorecem a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais?	Sim. Curso de formação Continuada.	Não
O professor tem colaboração da coordenação e da direção em oferecer o suporte necessário para garantir a integração e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais?	Sim. Professor de AEE, projetos pedagógicos.	Sim. Realização de algumas atividades em sala junto ao professor.

Fonte: Elaboração própria (2024)

Em síntese, ao analisarmos as respostas no Quadro 5, percebemos que os professores do ensino regular são conhecedores da lei que garante o direito dos alunos ao Atendimento Educacional Especializado. Na escola da zona urbana, a professora afirma que para ampliar a aprendizagem das crianças com necessidades especiais tem a ajuda dos cuidadores e dos recursos pedagógicos, já na escola da zona rural, a contribuição vem por meio das intervenções da coordenação. Vimos que na escola da zona urbana, a uma troca de informações sobre o desenvolvimento da criança, entre o professor da sala comum e o professor do AEE, o que é imprescindível não só a troca de informações, mas ações em conjunto que possibilite um trabalho coletivo. Outro ponto pertinente de frisar, foram as respostas diferentes ao questionarmos se a Secretária de Educação oferta cursos e oficinas que possam agregar novos conhecimentos e novas práticas em sala de aula que favorecem a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, a professora da escola da zona urbana afirma que sim, que há curso de formação continuada, entretanto a professora da escola da zona rural, afirma não existir. A Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB) 1996, estabelece que a formação continuada deve ser promovida pelas unidades de ensino, para que assim garanta que os professores tenham o aperfeiçoamento que proporcione impactos positivos na sua prática docente. Ainda nos remetemos as perguntas do Quadro 5, vimos que em ambas escolas, as professoras afirmam que tem a colaboração da coordenação e da direção em oferecer o suporte necessário para garantir a integração e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. O que é primordial, tendo em vista que o trabalho não deve ser unilateral, ou seja, não depende apenas de uma determinada pessoa ou grupo, é um trabalho colaborativo que envolve todos os sujeitos da instituição escolar.

Com essa postura é possível propiciar ações inclusivas na escola e como consequência de um trabalho cooperativo, surgem reflexos nas atitudes e no comportamento da turma em relação as crianças com necessidades especiais, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Identificação da interação e a socialização das turmas da escola zona urbana e da escola zona rural com as crianças com necessidades especiais.



Fonte: Elaboração própria (2024)

Nos Quadros 6 e 7 estão apresentadas as respostas dos formulários aplicado a uma professora do AEE da escola da zona urbana. Diante das respostas, constata-se que a professora não tem formação específica em Educação Especial para atuar na sala de Recursos Multifuncionais, no Decreto nº 6.571, que institui as Diretrizes da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado- AEE na educação básica. Frisa em seu art.12 que para a atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Além disso, notamos que a professora do AEE confecciona materiais e recursos pedagógicos, mas é importante lembrarmos que essa docente trabalha na mesma escola da gestora da escola da zona urbana, com isso, mediante a sua resposta, vimos que a sala é bem equipada com jogos, materiais sensoriais, de alfabetização e estímulo.

Quadro 6- Respostas do formulário aplicado a professora do AEE da escola da zona urbana do município de Iracema –CE.

Perguntas	Respostas
Qual a sua formação? E há quanto tempo você trabalha na sala de Recursos Multifuncional?	Pedagoga, especialista em educação infantil. Trabalho na sala de recursos há 2 anos.
Você, enquanto professora do AEE tem parceria, e trocas de ideias com os professores do ensino regular que possam contribuir de forma positiva o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais? Se, sim como acontece essa parceria?	Sim, trocas de conhecimentos sobre práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão do aluno especial na sala de aula.
Quais são as deficiências das crianças que tem acesso ao Atendimento Educacional Especializado?	TEA, TDH, epilepsia, TOD, paralisia, dentre outros.
A Secretária de Educação, dispõe de cursos, oficinas que venham agregar novos conhecimentos e novas práticas que favorecem a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais?	Até o momento não.

Os recursos didáticos que são utilizados são aqueles entregues pelo o MEC, ou você constrói? Cite alguns dos que você mais utiliza.	Construo; Jogos, boliche, jogo de memória, de obstáculos;
Ao utilizar os recursos didáticos e pedagógicos, qual o principal foco na aprendizagem dos alunos, seria a psicomotricidade ou as habilidades acadêmicas?	Desenvolver uma melhor comunicação, inserção no meio social, melhorar desempenho na aprendizagem.

Fonte: Elaboração própria (2024)

Quadro 7- Resumo das respostas do formulário aplicado a professora da zona urbana sobre AEE.

Quantas crianças você atende na sala de recursos multifuncionais?	() 5 () 10 () 15 (x) ou mais de 15
---	--

Fonte: Elaboração própria (2024)

Nesse contexto, esse fato não a impede de produzir recursos para trabalhar na SRM, ainda mais analisando o quantitativo de crianças que ela atende. Na Resolução 04/2009 traz em seu artigo 13, as atribuições do professor do AEE. “[...] identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial” (Brasil, 2009) assim como, “[...] elaborar e executar planos de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade” (Brasil, 2009).

Ainda analisando as respostas da professora, ela destaca parceria entre o professor da sala comum, deve ter articulação entre ambos, entretanto é importante lembrar que dentre as atribuições do professor de AEE, encontra-se também a possibilidade de fazer parceiras com as áreas intersetoriais para auxiliar na elaboração de estratégias e recursos de acessibilidade que venha a contribuir no desenvolvimento do aluno. A docente aponta que não a oferta de cursos e oficinas de formação continuada por parte da Secretária, sabemos que é imprescindível que aconteça formações para o aprimoramento dos professores de educação especial.

No Quadro 8 estão as respostas dos formulários aplicados aos pais e responsáveis de crianças com necessidades especiais que estudam na escola da zona urbana e na escola zona rural. Mediante as respostas dos pais/responsáveis, refletimos na importância do Atendimento Educacional Especializado, ao questionarmos se houve mudanças significativas no aluno após o acompanhamento com o professor do AEE, a responsável da criança afirma que sim, que teve uma melhora no rendimento, no comportamento e interesse do filho. É esse o resultado que as salas de recursos multifuncionais podem oferecer aos alunos condições necessárias que os levem a superar suas particularidades, desenvolver habilidades, e elevar seu potencial cognitivo.

Quadro 8- Respostas dos formulários aplicados aos pais e responsáveis dos estudantes com necessidades especiais nas escolas zonas rurais e urbanas no município de Iracema-CE.

Perguntas	Pais/ Responsáveis Zona Urbana Sim/Não	Pais/ Responsáveis Zona Rural Sim/Não
Vocês, enquanto pais/responsáveis tem conhecimento que criança com necessidades especiais tem direito ao Atendimento Educacional Especializado, chamado de AEE?	Sim	Sim
Vocês, enquanto pais sentem que seu filho (a) é bem acolhido pela escola?	Sim	Sim. Mas, acho que pode melhorar ainda mais.
O seu filho tem Atendimento Especializado? Se no caso positivo, vocês perceberam alguma mudança significativa no desenvolvimento do seu filho(a), após o acompanhamento na sala de recursos multifuncionais?	Sim. Certeza houve Mudança positiva, melhora no rendimento, comportamento e interesse do meu filho, ele ama as aulas do AEE.	Não
Qual a relação do seu filho (a), quando é direcionado a ir para a escola, ele demonstra interesse e empolgação?	Sim	Sim
Além da escola, em casa o seu filho (a) é estimulado pelos familiares ou por outros profissionais? Se, sim quem ou quais profissionais.	Sim. Familiares.	Sim. Pela mãe, psicóloga e fonoaudióloga.

Fonte: Elaboração própria (2024)

CONCLUSÃO

Podemos concluir que ainda existe uma disparidade entre o que rege nos preceitos legais do nosso país e o que acontece de fato na prática. Pois o aluno seja ele com deficiência ou não, deve ser não só integrado ao espaço escolar, mas incluído em todas as atividades que são desenvolvidas pela escola, entretanto a ausência de formação para atuar na SRMF, como também a escassa oferta de formação continuada para os profissionais da educação, dos que atuam no ensino regular como para aqueles que trabalham na educação especial, pode dificultar o processo de inclusão, pois a formação pode propiciar aos profissionais a segurança necessária para implantação de ações inclusivas com todos os alunos.

Percebemos avanços significativos no que se refere a garantia do direito a educação e a escolarização, entretanto na escola B da zona rural, não existe uma sala de Recursos multifuncionais e professores de educação especial que possam atender os alunos com necessidades especiais, isso é uma situação que vai muito além do querer apenas da gestão da escola, é preciso compreender que SRMF tem papel tão crucial como uma sala de aula do ensino comum.

Deste modo, mesmo com a grande proporção de discursos e direitos que são assegurados por lei, ainda há muitos pontos que precisam ser revistos para que de fato possamos ter uma educação inclusiva, o poder público precisa assumir a sua responsabilidade, para que as escolas possibilitem aos alunos condições necessárias para desenvolver suas potencialidades, garantindo assim, uma educação de qualidade para todos os alunos.

REFERÊNCIAS:

BEDAQUE, S. A. de P. **Atendimento educacional especializado**. Mossoró, 2015.

BRAGA JUNIOR, F. V.; BEDAQUE, S. A. de P. **Deficiência auditiva e o atendimento educacional especializado**. Mossoró: EdUFERSA, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Institui diretrizes complementares, normas e princípios para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 abr. 2008, Seção 1, p. 8.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009, Seção 1, p. 17.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011, Seção 1, p. 2.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015, Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Nota Técnica Conjunta nº 02, de 04 de agosto de 2015**. Orientações para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil. Brasília: MEC/SEESP, 2015.

Declaração de Salamanca e o Plano de Ação para as Necessidades Educativas Especiais. Reunido na cidade de Salamanca, Espanha, em 7 a 10 de junho de 1994. Ed. UNESCO.

DIAS, E. M. **Deficiência visual e o Atendimento educacional especializado.** Mossoró, 2015

GOMES, R. V.; *et al.* **Políticas de inclusão escolar e estratégias pedagógicas no atendimento educacional especializado.** Fortaleza: UFCE, 2016.

SANTOS, J. R. dos; SILVA, E. P. da. **Compreendendo o processo de acolhimento aos alunos com deficiência nos espaços educativos.** Anais III CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44461>. Acesso em: 03 de ago. de 2024.

SECUNDINO, F. K. M.; SANTOS, J. O. L. dos. (2023). Special education in Brazil: a historical-bibliographic approach. In SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5582>.

APÊNDICES – FORMULÁRIOS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – NEAD CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AEE – TURMA 2023.

Este formulário, irá contribuir com o artigo de conclusão do curso de especialização em AEE, esse trabalho tem como objetivo fazer um levantamento sobre o que é oferecido nas unidades escolares do município de Iracema- Ce, aos alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado.

FORMULÁRIO AO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

1-O Atendimento Educacional Especializado, chamado AEE, é disciplinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). No art. 58, §1º define-se que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Deste modo, o Sr. como secretário tem conhecimento da lei que dá suporte aos alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado?

☐ Sim ☐ Não

2- Quantas escolas tem matriculados alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado?

☐ menos de 50 ☐ 50 a 70 ☐ 70 a 100 ☐ Mais de 100

3-Quantas escolas no município tem sala de recursos multifuncionais?

☐ Dois ☐ Três ☐ Quatro ☐ Cinco a dez

4- O Município contrata professores ou auxiliares para ajudar em sala de aula os alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado?

☐ Sim ☐ Não

5-As escolas tem estratégias para conduzir a aprendizagem desses alunos com salas especiais, salas de jogos, sala de informática?

☐ Sim

Se sim, quais? _____

☐ Não

6- O Sr. como secretário tem informações se o desempenho desses alunos é favorável na escola?

☐ Sim

☐ Não

7- O município dispõe de materiais didáticos adequado para os alunos com necessidades especiais, de acordo com as necessidades deles?

☐ Sim

Se sim, quais? _____

☐ Não

Obrigada pela colaboração!

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFRSA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – NEAD
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AEE – TURMA 2023.

Este formulário, irá contribuir com o artigo de conclusão do curso de especialização em AEE, esse trabalho tem como objetivo fazer um levantamento sobre o que é oferecido nas unidades escolares do município de Iracema- Ce, aos alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado.

FORMULÁRIO AO GESTOR (A)

Nome da Escola: _____

☐ Zona urbana ☐ Zona rural

1-O Atendimento Educacional Especializado, chamado AEE, é disciplinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). No art. 58, §1º define-se que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Deste modo, a Sr.ª como gestor(a) tem conhecimento da lei que dá suporte aos alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado?

☐ Sim ☐ Não

2- Quantos alunos(a) tem matriculado na escola?

☐ menos de 50 ☐ 50 a 70 ☐ 70 a 100 ☐ Mais de 100

3-Quantos alunos necessitam de um Atendimento Educacional Especializado?

☐ Um ☐ Dois ☐ Três ☐ Quatro ☐ Cinco a dez ☐ Mais de dez

4- Os alunos com necessidades especiais têm um acolhimento diferenciado ao chegar na instituição?

☐ Sim Se sim, quais? _____

☐ Não

5-Na instituição Escolar tem professores destinado ao Atendimento Educacional Especializado ou algum professor que possa auxiliar esses alunos que necessidades especiais? Em caso positivo, são profissionais capacitados?

☐ Sim Se sim, quais? _____

☐ Não

6-Na unidade escolar tem uma sala de recursos multifuncionais? Existe algum espaço reservado com materiais concretos, jogos, brinquedos e computador que possam facilitar o aprendizado dos alunos?

☐ Sim Se sim, quais? _____

☐ Não

7- Na escola possui material didático adequado para alunos com necessidades especiais, de acordo com as necessidades deles?

() Sim Se sim, quais? _____

() Não

Obrigada pela colaboração!

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – NEAD
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AEE – TURMA 2023.**

Este formulário, irá contribuir com o artigo de conclusão do curso de especialização em AEE, esse trabalho tem como objetivo fazer um levantamento sobre o que é oferecido nas unidades escolares do município de Iracema- CE, aos alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado.

FORMULÁRIO AO PROFESSOR (A)

Nome da Escola: _____

() Zona urbana () Zona rural

1- O Atendimento Educacional Especializado, chamado AEE, é disciplinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). No art. 58, §1º define-se que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Deste modo, a Sr. ^a como professor(a) tem conhecimento da lei que dá suporte aos alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado?

() Sim () Não

2-Você, enquanto professor(a) regular, tem alguma ajuda em sala de aula para ampliar a aprendizagem das crianças com necessidades especiais?

() Sim Se sim, quais? _____

() Não

3-Você tem a contribuição de um professor de Atendimento Especializado, há parceria, e trocas de ideias que possam contribuir de forma positiva o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais.

() Sim Se sim, quais? _____

() Não

4-Os alunos com necessidades especiais, têm alguma dificuldade em alguma disciplina?

- () Sim Se sim, quais? _____
 () Não

5-Há quanto tempo esses alunos estão estudando nessa escola?

- () Menos de um ano () Dois anos () Três anos () Quatro anos () Mais de cinco anos

6- A Secretária de Educação, dispõe de cursos, oficinas que venham agregar novos conhecimentos e novas práticas que favorecem a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais?

- () Sim Se sim, quais? _____
 () Não

7-Em relação a interação e a socialização como é a relação da turma com as crianças com necessidades especiais?

- () Ruim () Boa () Ótima () Indiferente

8-O professor tem colaboração da coordenação e da direção em oferecer o suporte necessário para garantir a integração e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais?

- () Sim Se sim, quais? _____
 () Não

Obrigada pela colaboração!

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – NEAD
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AEE – TURMA 2023.

Este questionário, irá contribuir com o artigo de conclusão do curso de especialização em AEE, esse trabalho tem como objetivo fazer um levantamento sobre o que é oferecido nas unidades escolares do município de Iracema- Ce, aos alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado.

FORMULÁRIO AO PROFESSOR (A) DO AEE

Nome da Escola: _____

- () Zona urbana () Zona rural

1- Qual a sua formação? E há quanto tempo você trabalha na sala de Recursos Multifuncionais?

2- Você, enquanto professora do AEE tem parceria, e trocas de ideias com os professores do ensino regular que possam contribuir de forma positiva o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais? Se sim, como acontece essa parceria?

3- Quantas crianças vocês atendem na sala de recursos multifuncionais?

() 5 () 10 () 15 () ou mais de 15

4- Quais são as deficiências das crianças que tem acesso ao Atendimento Educacional Especializado?

5- A Secretária de Educação, dispõe de cursos, oficinas que venham agregar novos conhecimentos e novas práticas que favorecem a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais?

6- Os recursos didáticos que você utiliza são aqueles entregues pelo o MEC, ou você constrói? Cite alguns dos que você mais utiliza?

7- Ao utilizar os recursos didáticos e pedagógicos, qual o seu principal foco na aprendizagem dos alunos seria a psicomotricidade ou as habilidades acadêmicas?

Obrigada pela colaboração!

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – NEAD

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AEE – TURMA 2023.

Este formulário, irá contribuir com o artigo de conclusão do curso de especialização em AEE, esse trabalho tem como objetivo fazer um levantamento sobre o que é oferecido nas unidades escolares do município de Iracema- Ce, aos alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado.

FORMULÁRIO AOS PAIS/RESPONSÁVEIS

Nome da Escola: _____

() Zona urbana () Zona rural

1-Vocês, enquanto pais/responsáveis, tem conhecimento que criança com necessidades especiais tem direito ao Atendimento Educacional Especializado, chamado AEE, que é disciplinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). No art. 58, §1º define-se que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Sim () Não ()

2-Vocês, enquanto pais sentem que seu filho (a) é bem acolhido pela escola?

() Sim () Não Se não, por que? _____

3- O seu filho(a) tem Atendimento Educacional Especializado?

Sim () Não ()

3-Se no caso positivo, vocês perceberam alguma mudança significativa no desenvolvimento do seu filho(a), após o acompanhamento na sala de recursos multifuncionais?

4- Qual a reação do seu filho(a), quando é direcionado a ir para escola, ele demonstra interesse e empolgação?

Sim () Não ()

5- Além da escola, em casa o seu filho(a) é estimulado pelos familiares ou por outros profissionais? Se sim, quem ou e quais profissionais.

() Sim Se sim, quais? _____

() Não

Obrigada pela colaboração!



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador Responsável: Prof. Dr. _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Discente: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa _____, do NEAD/UFERSA, campus Mossoró. Sua colaboração é de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa. A participação é de forma voluntária, onde você não terá nenhum pagamento e/ou custo referente à sua participação no estudo.

Sua identidade pessoal (nome e demais dados) será mantida em sigilo e os materiais utilizados para coleta dos dados ficarão armazenados sob responsabilidade do(a) professor(a) responsável por cinco anos, após esse período serão queimados e apagados do banco de dados.

Os resultados poderão ser divulgados e apresentados em congressos e outros eventos científicos ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, ou qualquer informação que esteja relacionada com a sua privacidade.

Em qualquer momento você poderá solicitar esclarecimentos ou informações adicionais sobre o andamento da pesquisa, através do(a) professor(a) responsável. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo, além de também não permitir a utilização dos dados coletados durante a pesquisa.

O estudo será realizado através de _____ contendo _____ sobre o tema da pesquisa, e no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento. Existem duas vias para você assinar, onde uma delas é sua e a outra será arquivada pelo(a) professor(a) orientador(a).

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa: _____

Discente Pesquisador: _____

Professor(a) Responsável: _____

Mossoró, ____/____/____